

## Editorial

### **Alketa Peci**

Fundação Getúlio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas  
Rio de Janeiro / RJ — Brasil

### **Paulo Roberto Motta**

Fundação Getúlio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas  
Rio de Janeiro / RJ — Brasil

#### **POR ALKETA PECI**

O tema das parcerias e da colaboração do setor público com atores privados e sem fins lucrativos permeia o terceiro número que a RAP publica neste ano de festividades do seu 50º aniversário.

Dando continuidade às parcerias editoriais, convidamos o professor Paulo Roberto Motta, um dos acadêmicos mais reconhecidos de administração pública no país e um dos primeiros editores da RAP, a apresentar este número da revista.

Recorremos às parcerias editoriais para marcar, simbolicamente, o empreendimento coletivo que sustenta uma revista acadêmica. A longevidade histórica da RAP deve muito a esta comunidade de editores, avaliadores e autores que sistematicamente interpretam, criticam e reconstróem o que é a administração pública e seu papel no contexto brasileiro e internacional.

#### **POR PAULO ROBERTO MOTTA**

Os desafios para inserir a novidade na gestão pública se manifestam cotidianamente, sobretudo nessa época de maior descrença nas possibilidades dos governos em atender as demandas públicas. Respostas de curto prazo e formas inusitadas surgem como necessidades imperiosas.

Frustrações dos cidadãos trazem ao meio acadêmico a responsabilidade de repensar a administração. Nesse sentido, a RAP seleciona contribuições relevantes de estudiosos do tema, atentos a produzir e analisar novas ideias para aprimorar alternativas de ação na área governamental.

As últimas décadas se mostraram relevantes para a inovação na gestão pública, principalmente pelo avanço das formas colaborativas.

Por meio de análises variadas, os artigos trazem uma preocupação comum com as dimensões colaborativas, com exemplos sobre as modernas relações da administração pública com as ONGs e com o setor privado.

A ideia de colaboração, cada vez mais proclamada e praticada para a área pública, tem se revelado promissora num mundo em que isoladamente as formas de gestão podem menos, e unidas alcançam mais.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761232017>



Por exemplo, em relação ao público e ao privado, o avanço da colaboração pode reduzir preconceitos de que tanto os ganhos na área privada quanto as práticas burocráticas na área pública podem danificar a qualidade, o acesso e a equidade na prestação de serviços. A gestão privada, concentrada na resposta a demandas, pode ganhar com a perspectiva social da gestão pública fundamentada na oferta de serviços e no papel de mediadora e protetora da equidade.

Por outro lado, a área pública pode aprimorar uma lógica empreendedora com reflexos positivos na burocracia governamental. Fundamentada em orçamentos normativos, rotinas indelegáveis e controles duplicados, pode usufruir, pela colaboração, das práticas privadas baseadas nos orçamentos indicativos, nas tarefas delegáveis, nos controles diretos.

A experiência nessa colaboração contribui para desenvolver novas perspectivas, nova compreensão e, possivelmente, uma nova identidade com relação à coisa pública.

A colaboração com as ONGs possui um caráter distinto, pois esse tipo de organização combina características públicas e privadas com a vantagem de operar a custos mais baixos e permitir melhores práticas de liderança. Assim, aperfeiçoa, na prática, os novos conceitos do público e do privado que já avançaram para além das tradicionais concepções sobre a propriedade: o “público” se estende para o foco e impacto da ação e o “privado”, para significativas responsabilidades sociais. Na prática, a invasão de um conceito sobre o outro produz formas inusitadas e criativas de cooperação inclusive com outras entidades, respondendo melhor à democracia e ao serviço público.

Os arranjos produtivos contemporâneos envolvem uma grande pluralidade de atores, de entidades privadas e públicas, na busca de melhores serviços e produtos. As redes produtivas internacionais conclamam à competitividade da administração pública para garantir o desenvolvimento do país. Formas de cooperação merecem incentivos, como também mais estudos, pois cada vez mais despontam como uma base importante para o progresso.

Há uma contribuição importante a ser avaliada e reavaliada sobre essas formas de cooperação.  
Boa leitura!

### **Alketa Peci**

Doutora em administração e professora adjunta pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas. Editora-chefe da Revista de Administração Pública (RAP). E-mail: alketa@fgv.br.

### **Paulo Roberto Motta**

Professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getulio Vargas. PhD e mestre em administração pública pela University of North Carolina (EUA). Bacharel em administração pela FGV EBAP. E-mail: paulo.motta@fgv.br.